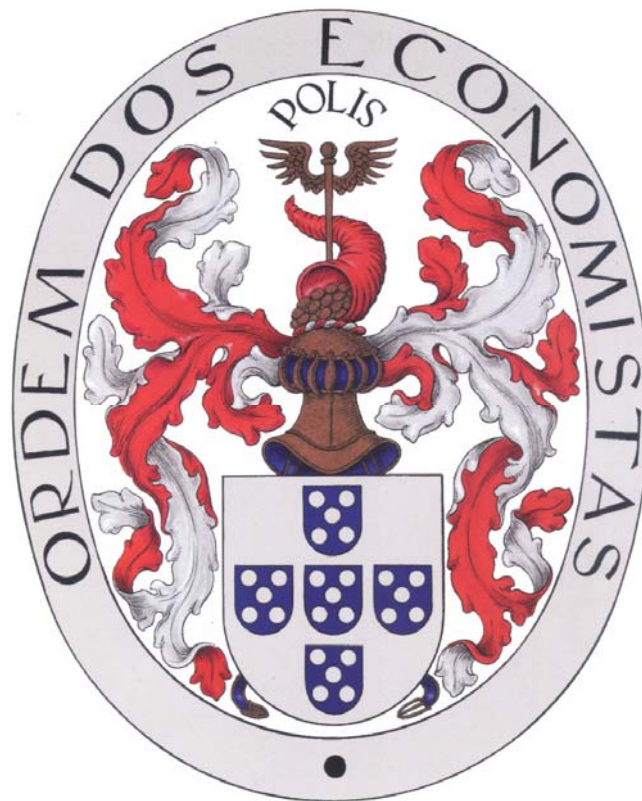


# **Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2007**



**Lisboa, Março 2007**

# Relatório de Gestão 2007

## I

No **Plano de Actividades para 2007**, aprovado pelo Conselho Geral, destacavam-se três linhas de acção:

- 1. Assegurar a gestão corrente da Ordem;**
- 2. Apoiar os Economistas e preservar a profissão;**
- 3. Dar visibilidade à Ordem e intervir na Economia.**

Importa pois relatar o que desse **Plano de Actividades** foi executado.

### **1. Assegurar a gestão corrente da Ordem**

#### **1.1 Funcionamento corrente dos Serviços**

O Funcionamento corrente dos Serviços englobava os projectos seguintes:

##### **1.1.1 Serviços prestados aos Associados**

Dos principais Serviços prestados aos Associados em 2007 destaca-se:

a) A manutenção em funcionamento de:

##### Bolsa de Colocações

Área reservada a Associados no site da Ordem através da qual foram divulgadas, assim como por e-mail aos Associados que se mantêm inscritos naquela Bolsa, cerca de 900 oportunidades de colocação.

##### Patronos de Estágios

O número e a distribuição por distritos dos Economistas que se disponibilizaram para Patronos de Estágios foi de 659 (Quadro 1), o que representa um aumento de 34 Economistas em comparação com 2006.

**Quadro 1**

<b>Distrito</b>	<b>Patronos</b>		<b>Total</b>
	<b>Economia</b>	<b>Gestão</b>	
Viana do Castelo	4	9	13
Braga	6	26	32
Porto	34	99	133
Vila Real	3	6	9
Bragança	4	8	12
Aveiro	13	15	28
Viseu	4	15	19
Guarda	3	4	7
Coimbra	3	15	18
Castelo Branco	0	10	10
<b>DR Norte</b>	<b>74</b>	<b>207</b>	<b>281</b>
Leiria	6	17	23
Santarém	3	11	14
Lisboa	71	156	227
Setúbal	10	28	38
Portalegre	4	5	9
Évora	6	8	14
Beja	1	4	5
Faro	3	9	12
Estrangeiro	0	3	3
<b>Sede</b>	<b>104</b>	<b>241</b>	<b>345</b>
<b>DR Madeira</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>15</b>
<b>DR Açores</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>18</b>
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>475</b>	<b>659</b>

### Peritos Judiciais

Em 2007 foram recebidas 37 solicitações dos Tribunais para indicação de Economistas para desempenharem a função de Peritos Judiciais o que corresponde a um aumento de 13 solicitações em relação ao ano anterior.

O número de Economistas que manifestou interesse na nomeação como Perito Judicial ascendeu a 1710 (Gráfico 1).

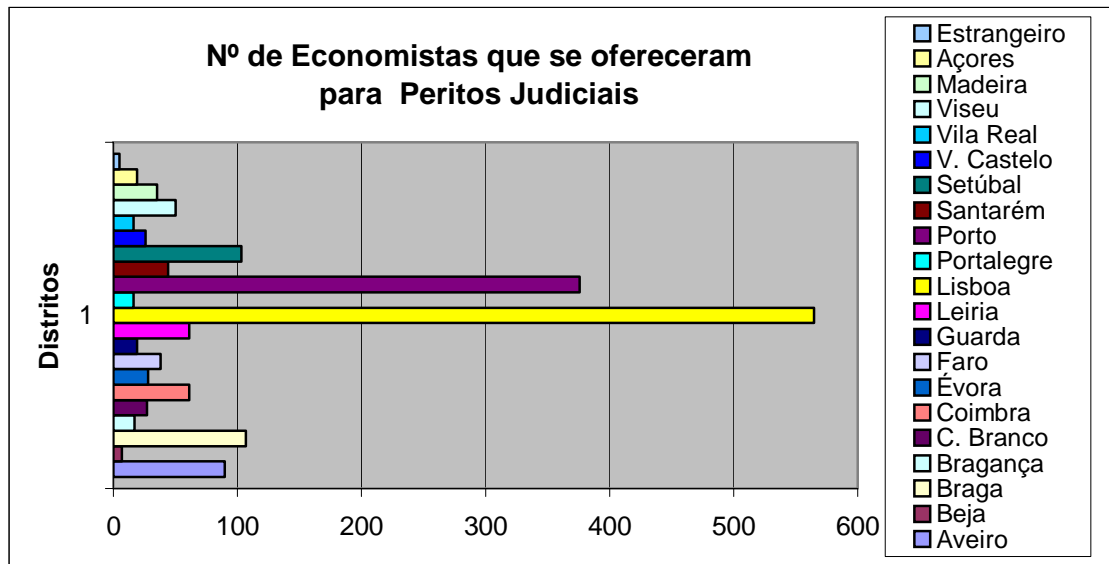


Gráfico 1

**b) Acordos e protocolos de desconto**

Aos acordos e protocolos anteriormente existentes juntaram-se em 2007 os protocolos celebrados com a José de Mello Residências e Serviços, com a Residências Montepio Serviços de Saúde AS e com o Centro de Formação Galileu.

**c) Assinatura anual dos Cadernos de Economia**

Aos Membros que se inscreveram na Ordem em 2007 manteve-se a oferta de uma assinatura anual dos Cadernos de Economia.

**d) Site da Ordem**

Em 2007 deu-se continuidade ao esforço de melhoria do site da Ordem, já iniciado em 2006 quando se procedeu, entre outras acções, a uma renovação completa do grafismo, com melhorias na “navegabilidade” e a criação de uma área reservada a associados.

No ano em análise essa melhoria incidiu predominantemente nos conteúdos do site tendo sido retomada em novos moldes a rubrica Temas de Economia e Gestão com a inserção de informação e artigos nas seguintes áreas:

- Actualidades
- Grandes Temas
- Estudos
- Indicadores
- Previsões

O Quadro 2 dá conta do número de artigos inseridos nas 3 primeiras áreas atrás referidas.

**Quadro 2**

	<b>Actualidades</b>	<b>Grandes Temas</b>	<b>Estudos</b>
Artigos inseridos	444	218	77

Em anexo encontra-se a informação relativa a:

Quadro A: Tópicos dos artigos inseridos na rubrica “Temas de Economia e Gestão – Actualidades”

Quadro B: Tópicos dos artigos inseridos na rubrica “Temas de Economia e Gestão – Grandes Temas”

Quadro C: Tópicos dos artigos inseridos na rubrica «Temas de Economia e Gestão – Estudos em Destaque»

Quadro D: Indicadores de Conjuntura divulgados no site

Na rubrica Previsões foram inseridas entre outras as previsões da Primavera e do Outono do FMI, União Europeia e OCDE

O Gráfico 2 ilustra a média diária mensal de visitas ao site em 2005, 2006 e 2007.

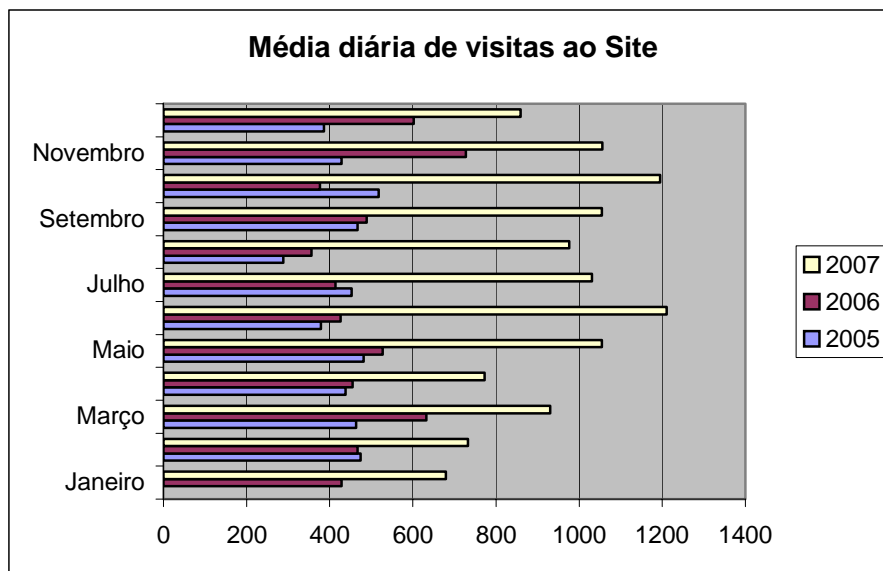


Gráfico 2

### e) Recuperação de quotas em atraso

Em 2007, foram realizadas novas diligências para recuperar pagamentos de quotizações em atraso.

Os resultados, contudo, estiveram longe do esperado, verificando-se uma redução face aos montantes recuperados em 2006.

Existe, assim, um número significativo de associados que, muito embora não paguem regularmente as suas quotizações, não pretendem deixar de ser membros da Ordem, já que não apresentam qualquer pedido de desvinculação.

O Quadro 3 dá conta das cobranças de quotas em atraso efectuadas em 2007.

**Quadro 3**

(em euros)

Ano quota em dívida	De 1.1.06 a 31.12.06			De 1.1.07 a 31.12.07	
	Dívida Janº	Recuper.	Dívida Dezº	Recuper.	Dívida 31.Dez
1999	5.941,79	366,59	5.575,20	284,31	5.290,89
2000	12.859,88	887,92	11.971,96	653,47	11.318,49
2001	17.244,28	1.466,57	15.777,71	867,97	14.909,74
2002	22.450,51	1.870,64	20.579,87	1.182,28	19.397,59
2003	27.267,75	2.725,17	24.542,58	1.601,18	22.941,40
2004	36.993,45	5.657,23	31.336,22	2.992,51	28.343,71
2005	61.635,29	18.486,47	43.148,82	6.871,48	36.277,34
2006			68.835,97	18.756,68	50.079,29

Para a elaboração do Quadro 4, teve-se em conta apenas quem, em 31/12/07, tinha **mais de uma quota anual** em atraso. Estão nessas circunstâncias 851 associados (1.191 associados em 31/12/2006) num total de 12.138.

**Quadro 4**

Região	Efectivos		Estagiários		Suspensos		Total	
	Em dia	Em Atraso	Em dia	Em Atraso	Em dia	Em Atraso	Em dia	Em Atraso
Norte	3.404	221	563	87	5	0	3.972	308
Sul	6.318	391	472	82	9	0	6.799	473
Madeira	268	16	44	4	0	0	312	20
Açores	172	6	27	2	0	0	199	8
M.D	5	42	0	0	0	0	5	42
<b>Total</b>	<b>10.167</b>	<b>676</b>	<b>1.106</b>	<b>175</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>11.287</b>	<b>851</b>

#### **f) Novas admissões.**

Devido à discussão em curso por parte do Conselho da Profissão sobre os critérios de admissão na Ordem face à nova realidade dos cursos superiores na área das ciências económicas, decorrente do designado “Processo de Bolonha”, verificou-se em 2007 uma redução do número de admissões aprovadas pela Direcção.

Em 31 de Dezembro de 2007 existia, contudo, um número significativo de candidaturas que aguardavam uma apreciação por parte da Comissão Permanente do Conselho da Profissão.

À excepção da 2ª edição da Semana Novos Economistas, que mais adiante se volta a referir neste relatório, não existiu nenhuma outra acção, em 2007, dirigida especificamente para a captação de novos associados.

**Quadro 5**

<b>Ano</b>	<b>Entradas</b>			<b>Saídas</b>		
	<b>Estag.</b>	<b>Efectivos</b>	<b>Total</b>	<b>Demitidos</b>	<b>Falecidos</b>	<b>Total</b>
2000	313	2.754	<b>3.067</b>	21	5	<b>26</b>
2001	298	309	<b>607</b>	43	17	<b>60</b>
2002	306	228	<b>534</b>	56	11	<b>67</b>
2003	287	137	<b>424</b>	95	23	<b>118</b>
2004	382	151	<b>533</b>	103	21	<b>124</b>
2005	383	265	<b>648</b>	142	17	<b>159</b>
2006	390	226	<b>616</b>	140	24	<b>164</b>
2007	307	177	<b>484</b>	124	20	<b>144</b>
<b>Total</b>	<b>2.666</b>	<b>4.247</b>	<b>6.913</b>	<b>724</b>	<b>138</b>	<b>862</b>

#### **g) Respostas a solicitações.**

Os Serviços deram resposta a várias solicitações provenientes de organismos oficiais (Autoridades Judiciais e Policiais e Organismos da Administração Pública).

De salientar que vários organismos da Administração Pública solicitaram à Ordem a indicação de vogais para concursos de recrutamento de pessoal dirigente.

#### **h) Reuniões dos órgãos nacionais**

Todos os órgãos nacionais mantiveram a sua actividade normal estatutária, efectuando as seguintes reuniões:

<b>ÓRGÃOS</b>	<b>REUNIÕES</b>
Assembleia Geral	1
Conselho Geral	1
Direcção	19
Conselho Fiscalizador de Contas	6
Conselho da Profissão	1
Comissão Permanente do Conselho da Profissão	9

### **i) Cooperação com outras instituições**

Manteve-se a colaboração da Ordem nas iniciativas do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), a cujo Conselho Directivo preside Carlos Pereira Martins, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Carlos Pereira Martins representa ainda o CNOP no CES da União Europeia.

A Ordem deu apoio activo ao CNOP nas negociações com a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública da Assembleia da República, da nova Lei sobre Associações Profissionais Públicas (Lei 6/2008, de 13 de Fevereiro), sendo elaboradas propostas alternativas para diversas normas deste diploma.

### **j) Instalações**

Manteve-se a participação activa da Ordem nos trabalhos da Comissão, designada pela Embaixada do Reino-Unido, para acompanhar o processo de venda do lote do terreno, propriedade da Coroa Britânica, onde se encontra o edifício da sede.

Deste processo negocial, no seio dessa Comissão e directamente com a Embaixada, resultou um “*gentleman agreement*” que assegura a manutenção das condições do arrendamento da sede até Março de 2010 bem como uma participação (5,6%), a título de indemnização, no produto líquido da venda do terreno.

### **l) Apoio às Delegações Regionais**

A Direcção acompanhou de perto a situação na Delegação Regional da Madeira onde se realizaram eleições, em 6 de Junho, para os corpos sociais.

Foi também prestado apoio na preparação do acto eleitoral para os corpos sociais da Delegação Regional dos Açores.



**m) Recursos Humanos**

O Quadro 6 caracteriza os recursos humanos dos Serviços da Ordem

**Quadro 6**

<b>Local</b>	<b>Tipo de vinculo</b>						<b>Total</b>	
	<b>Quadro</b>		<b>Prazo</b>		<b>Avença</b>			
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Sede</b>	10	10	2	1	2	4	<b>14</b>	<b>15</b>
<b>Norte</b>	1	2	2	0	0	0	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Madeira</b>	0	0	2	1	0	0	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>18</b>

## **2. Apoiar os Economistas e preservar a profissão**

Esta linha de acção do **Plano de Actividades para 2007** desdobrava-se em:

- 2.1 Concretização do conteúdo do acto de Economista;**
- 2.2 Formação contínua e acreditação;**
- 2.3 Criação de especializações;**
- 2.4 Complemento de reforma.**

### **2.1 Concretização do conteúdo do acto de Economista**

A Direcção desenvolveu actividades em três frentes como a seguir se apresenta.

Em conjugação com o CNOP, junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, no sentido de ser exigido, quando da declaração de início de actividade como Economista, a exibição da cédula profissional da Ordem tendo sido estabelecidas as linhas gerais para um acordo de princípio com o Secretário de Estado, Dr. Amaral Thomaz.

Elaboração de um projecto de Portaria, enviado às entidades que preparavam a regulamentação do QREN onde se prescrevia dever ser subscrito por um associado da Ordem

*«1. O estudo que, numa candidatura a incentivos financeiros de um projecto de investimento, comprove estarem reunidas as condições de natureza económica e financeira, estatuídas na regulamentação aplicável a programas operacionais do IVº Quadro Comunitário de Apoio.»*

*«2. Os relatórios de análise da execução financeira bem como as recomendações financeiras tendentes ao integral cumprimento do projecto financiado, que devam ser apresentados ao longo da sua execução, nos termos da regulamentação aplicável a programas operacionais do IVº Quadro Comunitário de Apoio.»*

Arranque de um processo de revisão do art. 4 do Estatuto, que culminou, em 2007, com a realização da 2ª Convenção Nacional dos Economistas. Houve, aí, ensejo de analisar uma proposta de inclusão de dois novos números (3 e 4)<sup>1</sup> ao art. 4 do Estatuto que permitisse concretizar o acto do Economista, nomeadamente:

---

<sup>1</sup> Mantinha-se a redacção do nº 2, sendo colocadas duas alternativas para o nº 1 deste art. 4: (A) *O exercício da profissão de Economista depende da inscrição como membro efectivo da Ordem.* (B) *Os membros efectivos da Ordem estão habilitados a exercer a profissão de Economista*

«3. No que respeita a funções que devam ser desempenhadas ou a actos que devam ser praticados perante as Administrações Públicas e as Autoridades Judiciais, os membros efectivos da Ordem poderão, entre outros:

- a) subscrever estudos e análises de natureza económica que, nos termos regulamentares, hajam de instruir candidaturas a financiamentos públicos, directos ou indirectos, bem como os respectivos relatórios de execução financeira
- b) exercer funções de perito e de árbitro, em questões de natureza essencialmente económica;
- c) exercer funções directamente relacionadas com a gestão orçamental de organismos públicos.

4. Os economistas, com especialização adequada, poderão ainda:

- a) planificar, organizar e coordenar a execução da contabilidade das entidades sujeitas aos impostos sobre o rendimento que possuam ou devam possuir contabilidade regularmente organizada, segundo os planos de contas oficialmente aplicáveis, respeitando as normas legais e os princípios contabilísticos vigentes
- b) assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, das entidades referidas na alínea anterior;
- d) assinar, conjuntamente com o representante legal das entidades referidas na alínea a), as respectivas declarações fiscais, as demonstrações financeiras e seus anexos.»

## **2.2 Formação contínua e acreditação**

Não foi possível concretizar esta parte do Plano de Actividades.

Contudo, foi feito um esforço significativo para divulgação no site e pelo envio de e-mails aos associados, de que os Serviços têm identificado um endereço de correio electrónico, de ofertas formativas (cursos de pós-graduação), leccionadas pelas instituições de ensino universitário representadas no Conselho da Formação.

## **2.3 Criação de especializações**

Foi desenvolvido trabalho junto dos Conselhos de Especialidade e do Conselho Geral que deu lugar a um inquérito enviado aos membros.

Do trabalho efectuado junto dos Conselhos de Especialidade foi elaborado um 1º esboço de possíveis especializações, nomeadamente:

No Colégio de Especialidade de Economia Política:

Economia do Desenvolvimento

Economia Internacional

Economia Matemática  
 Economia Monetária e Financeira  
 Economia Pública  
 Economia Social

No Colégio de Especialidade de Economia e Gestão Empresariais:

Contabilidade e Auditoria  
 Finanças  
 Gestão de Recursos Humanos  
 Gestão de Sistemas de Informação  
 Gestão de Estratégia Industrial  
 Marketing

Realizou-se um inquérito aos associados que teve os resultados seguintes:

Devem ser criadas especializações?	Sim	1.419
	Não	344
	Total	1.763

**Quadro 7**

<b>Especializações</b>	<b>Deve ser criada</b>	<b>Pretende inscrever-se</b>
Economia do Desenvolvimento	795	321
Economia Internacional	897	264
Economia Matemática	283	186
Economia Monetária e Financeira	897	341
Economia Pública	829	323
Economia Social	591	218

**Quadro 8**

<b>Especializações</b>	<b>Deve ser criada</b>	<b>Pretende inscrever-se</b>
Contabilidade e Auditoria	891	597
Finanças	1.019	597
Gestão de Recursos Humanos	670	121
Gestão de Sistemas de Informação	649	263
Gestão de Estratégia Industrial	622	300
Marketing	642	321

Em reunião conjunta de Conselhos da Especialidade e Comissão Permanente do Conselho da Profissão resultou uma proposta de metodologia para a criação de especializações que veio a ser aprovada em reunião do Conselho Geral:

*«A constituição das especializações não deverá partir de iniciativa dos órgãos nacionais da Ordem, mas sim dos próprios núcleos de especialistas, através de propostas formuladas junto da Direcção por um número mínimo de membros da Ordem.*

*Nestas circunstâncias, a Direcção submeterá ao Conselho Geral as propostas de constituição de especializações que lhe forem apresentadas por um mínimo de 200 membros da Ordem, englobando:*

*A designação da especialização, bem como a fundamentação para a sua criação;  
 Os critérios de admissão de membros efectivos da Ordem na especialização.*

*Uma proposta de regulamento de funcionamento do núcleo de especialistas correspondente à especialização.*

*Uma proposta de Comissão que assegure provisoriamente a orientação do núcleo.»*

A criação de especializações foi também amplamente discutida na 2ª Convenção Nacional dos Economistas.

#### **2.4 Complemento de reforma**

A fim de obter condições mais vantajosas para os associados, estabeleceram-se negociações com as seguintes instituições financeiras

Caixa Geral de Depósitos  
Banco Espírito Santo  
Montepio Geral

cujas propostas foram analisadas na 2ª Convenção Nacional dos Economistas e se encontram disponíveis no site da Ordem.

### **3. Dar visibilidade à Ordem e intervir na Economia**

Esta linha de acção do **Plano de Actividades para 2007** desdobrava-se nos seguintes projectos:

- 3.1 Congresso Nacional dos Economistas**
- 3.2 Conferência Anual da Ordem dos Economistas**
- 3.3 2ª Convenção Nacional da Ordem dos Economistas**
- 3.4 2ª Semana Novos Economistas**
- 3.5 Ciclo de Conferências**
- 3.6 Tertúlia dos Economistas**
- 3.7 Jovens Valores da Economia**
- 3.8 Plano de Comunicação**

#### **3.1 2º Congresso Nacional dos Economistas**

Realizou-se, em 11 e 12 de Outubro de 2007, no Centro de Congressos de Lisboa, o 2º Congresso Nacional dos Economistas.

A Comissão Organizadora do Congresso tinha a seguinte composição:

Adriano Pimpão, Presidente  
Murteira Nabo  
Fernanda Matias  
Nuno Valério  
Manuela Morgado  
João Salgueiro  
Victor Pereira Dias  
Victor Martins  
João Ferreira do Amaral  
Rui Martinho  
António Santos Labisa  
Mário de Abreu  
Pedro Meireles

A Sessão de Abertura foi presidida pelo Senhor Presidente da República que, para além duma intervenção de fundo, procedeu à entrega dos diplomas de membros honorários da Ordem dos Economistas a:

Jacinto Nunes  
Bento Murteira  
Simões Lopes

e dos Prémios Carreira a:

Ernâni Lopes, Economia Política;  
Eduardo Catroga, Economia e Gestão Empresariais.

A Sessão de Encerramento foi presidida pelo Ministro da Economia e Inovação em representação do Primeiro Ministro.

Nas seis sessões plenárias, intervierem, como oradores convidados e como moderadores os participantes constantes do Quadro 12:

**Quadro 12**

	<b>Oradores convidados</b>	<b>Moderadores</b>
1ª Sessão Plenária	Lawrence Lau	Patrick Huen
2ª Sessão Plenária	Miguel Cadilhe	Adriano Pimpão
3ª Sessão Plenária	Manuel Pinho	Isabel Mota
4ª Sessão Plenária	Joaquin Almunia Teixeira dos Santos	Eduardo Catroga
5ª Sessão Plenária	Vítor Constâncio	Murteira Nabo
6ª Sessão Plenária	Edward Prescott	Teodora Cardoso Charles Buchanan

Nas quatro mesas redondas, intervierem, como oradores convidados e como moderadores, os participantes referidos no Quadro 13.

**Quadro 13**

	<b>Oradores convidados</b>	<b>Moderadores</b>
1ª Mesa Redonda Transferência de Tecnologia e criação de empresas de base tecnológica	Tim Meldrum Alain Villemeur João Picoito Pedro Vilarinho	Jaime Andrez
2ª Mesa Redonda Relações Europa/África	Mário Machungo Prakash Ratilal José Cerqueira Alves da Rocha Pedro Gonçalves	Helder Oliveira
3ª Mesa Redonda Economias Emergentes Índia, Brasil e África do Sul	Sebastião do Rego Barros Johannes J. Spies António Murta Artur Duarte	Abdool Vakil
4ª Mesa Redonda Desafios da Construção Europeia	Peter Ludlow Carlos Costa Ernâni Lopes	Vítor Martins

O 2º Congresso foi organizado em cinco Secções:

- A Profissão de Economista;
- A Formação dos Economistas;
- A Economia Portuguesa;
- A Gestão das Empresas;
- A Internacionalização da Economia

Nestas cinco Secções foram aceites 67 comunicações (mais 18 comunicações em comparação com o número aceite no 1º Congresso em 2005), distribuídas e apresentadas nas seguintes 15 sessões paralelas:

**Quadro 14**

<b>Profissão</b>	<b>Formação</b>	<b>Economia</b>	<b>Gestão</b>	<b>Internacionalização</b>
8	4	29	17	9

**Quadro 15**

<b>SECÇÃO</b>	<b>MODERADOR</b>	<b>SALA</b>
Economia	Dr. João Ferreira do Amaral	Auditório 2
Economia	Dr. João Salgueiro	Auditório 3
Economia	Dr. Almeida Serra	Sala 1
Economia	Dr. João Salgueiro	Auditório 2
Economia	Dr. João Ferreira do Amaral	Auditório 4
Economia	Dr. Almeida Serra	Sala 2
Formação	Prof. Nuno Valério	Sala 1
Gestão	Dr. Vitor Pereira Dias	Sala 2
Gestão	Dr. Mário Valadas	Sala 1
<b>SECÇÃO</b>	<b>MODERADOR</b>	<b>SALA</b>
Gestão	Dr. Rui Leão Martinho	Auditório 2
Gestão	Dr. Ricardo Valles	Auditório 4
Internacionalização	Dr. Vitor Martins	Auditório 4
Internacionalização	Dra. Teresa Moura	Sala 3
Profissão	Dra. Manuela Morgado	Auditório 3
Profissão	Dra. Manuela Morgado	Auditório 3

O 2º Congresso Nacional dos Economistas pode ser caracterizado pelos seguintes indicadores:

- O número de participantes foi de 1.114 (825 no 1º Congresso em 2005)
- O número de patrocinadores foi de 44 (31 no 1º Congresso em 2005)
- O montante de patrocínios e subsídios em numerário foi de 470.000€ (548.298€ no 1º Congresso em 2005), sendo ainda concedidos apoios em espécie no valor de 63.150€.
- O montante das inscrições foi de 67.655€ (76.965€ no 1º Congresso em 2005)
- Os custos ascenderam a 425.892€ (no 1º Congresso em 2005 os custos totais ascenderam a 604.014€ dos quais 489.064€ em 2005 e 114.950€ em 2006)
- Durante o 2º Congresso tiveram lugar duas iniciativas paralelas:  
Mostra do livro técnico (2 livrarias com stands).  
Mostra da formação pós-graduada (8 Escolas com stands).

O programa social do 2º Congresso Nacional dos Economistas integrou:



- a) Jantar de Gala, a 11 de Outubro, no Casino Estoril (622 participantes, 221 no 1º Congresso em 2005) tendo-se, na ocasião, procedido à entrega do prémio do concurso Jovens Valores da Economia.
- b) Passeio ao Alqueva a 13 de Outubro (90 participantes, 108 participantes no 1º Congresso em 2005 – cruzeiro no Douro)

O 2º Congresso obteve uma larga cobertura mediática nomeadamente através dos canais nacionais de televisão.

Os trabalhos do 2º Congresso foram transmitidos, em directo, via site da Ordem e em colaboração com o portal “SAPO”, tendo sido registados 4.386 visitantes.

### 3.2 3ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas

Realizou-se, em 22 de Novembro de 2007, na Culturgest, a 3ª edição da Conferência Anual da Ordem dos Economistas.

Tal como as duas anteriores edições (2006 e 2005) a Conferência teve como tema central a análise do Orçamento de Estado, no caso o Orçamento de Estado para 2008, que se desdobrou pelos seguintes quatro painéis:

**Quadro 16**

<b>Tema</b>	<b>Oradores</b>	<b>Moderador</b>
Inovações em Matéria Fiscal	João Amaral Tomaz Carlos Loureiro	Helena Garrido
Reforma da Administração Pública	João Figueiredo Isabel Corte-Real	Nicolau Santos
Enquadramento Internacional	Felix Ribeiro	Sérgio Figueiredo
Orçamento e Política Económica	Manuela Ferreira Leite Teodora Cardoso	Paulo Ferreira

O Quadro 17 dá conta da evolução do número de inscrições nas Conferências Anuais da Ordem dos Economistas.

**Quadro 17**

<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
453	534	560

A realização desta Conferência teve os seguintes resultados:

- Proveitos (patrocínio): 17.500€
- Custos: 23.990€

### 3.3 2ª Convenção Nacional da Ordem dos Economistas

Realizou-se, com a participação de cerca de 150 Economistas, a 26 de Junho de 2007 na Culturgest, a 2ª Convenção Nacional da Ordem dos Economistas.

A realização desta 2ª Convenção Nacional dos Economistas inseriu-se num processo de reflexão, iniciado já em 2006, sobre uma alteração ao Estatuto da Ordem e a criação de especializações e dos respectivos núcleos de especialistas.

Já em 2007, esta 2ª Convenção Nacional dos Economistas foi antecedida de duas reuniões conjuntas de órgãos sociais da Ordem e da realização de um inquérito, junto dos titulares dos órgãos sociais, sobre a alteração ao Estatuto.

A 2ª Convenção Nacional teve o seguinte programa de trabalhos:

Apreciação de proposta de alteração do Estatuto da Ordem
Apreciação de proposta de criação de especializações
Apresentação de propostas de «Soluções de Reforma para Economistas»
Jantar de confraternização

No encerramento, o Bastonário centrou a sua intervenção final nos seguintes sete aspectos:

“1. Um dos principais objectivos da Convenção foi alcançado, pois os trabalhos permitiram identificar diferentes sensibilidades sobre os vários temas em debate. Há que continuar este esforço de reflexão, de identificação de alternativas e de vantagens e inconvenientes que a elas estejam associados. O debate irá pois prosseguir.

2. Esta reflexão deverá ter em conta duas mudanças significativas no contexto de actuação da Ordem e de que esta não se pode alhear:

- a) A aprovação na generalidade, pela Assembleia da República, de uma Proposta de Lei-Quadro sobre as Associações Públicas Profissionais que, tudo o leva a crer, será também aplicada às Ordens existentes. E, mesmo que o não seja, qualquer futura alteração ao Estatuto da Ordem não será aprovada pela Assembleia da República se contrariar os princípios gerais daquela Lei-Quadro;
- b) A implementação, até 2008/9, do processo de Bolonha que alterará os parâmetros da formação académica dos novos Economistas.

3. Esta reflexão deve também partir da identificação dos vários motivos que podem conduzir a uma inscrição na Ordem:

- a) A necessidade, seja porque proporciona prestígio profissional, oportunidades de qualificação e de contactos seja porque serve de

fórum de debate de problemas da Economia, de pertencer a uma Associação Profissional de Economistas, que sujeita a actividade dos seus membros a regras deontológicas. Actualmente, esta será, porventura, uma das razões determinantes da inscrição na Ordem;

- b) a resposta a uma exigência da administração fiscal de um comprovativo de inscrição na Ordem para quem se pretenda inscrever como profissional liberal e, assim, obter os necessários «recibos verdes». Tal medida encontra-se em estudo na Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, por iniciativa conjunta das Ordens e, aliás, a própria Lei-Quadro reforça a necessidade de inscrição na Ordem profissional para o exercício, em regime de profissão liberal, da profissão de Economista;
- c) A obrigatoriedade, que já existe para prática de alguns actos ou para o exercício de algumas actividades, de inscrição numa Ordem Profissional, como garantia de idoneidade técnica de quem os pratica e conseqüente salvaguarda do interesse público.

4. Este último motivo pode justificar uma alteração do Estatuto de modo a que neste se concretizem actos e actividades que um membro da Ordem se encontra qualificado a desempenhar.

Não se deve colocar aqui a questão de a Ordem procurar antagonizar ou mesmo disputar “espaço” a outras Associações Públicas Profissionais, já existentes, cujos filiados praticam, em regime de exclusividade, actos que se inserem na profissão de Economista.

A Ordem deve apenas reivindicar que os seus membros, desde que tenham certificadas as qualificações necessárias, os possam também praticar.

É neste contexto que surge a proposta de criação de especializações que certifiquem qualificações, garantam a idoneidade técnica e sustentem a reivindicação de que os membros da Ordem, nelas inscritos, possam também praticar determinados actos e actividades, de que hoje estão afastados.

A alteração do Estatuto, mesmo se apenas motivada pela necessidade da sua adequação à nova Lei-Quadro das Associações Públicas Profissionais, pode representar uma oportunidade para defender a profissão, clarificando os actos e actividades que os Economistas podem desempenhar.

5. A nova Lei-Quadro das Associações Públicas Profissionais, a nova legislação enquadradora do ensino superior e até mesmo recentes sentenças de Tribunais superiores inviabilizam a possibilidade de a Ordem vir a avaliar e a certificar formações académicas.

A Ordem deve, por isso, continuar a utilizar os resultados das avaliações de cursos superiores de economia e de gestão efectuadas por entidades oficiais nos termos da legislação em vigor.

Sem prejuízo de continuar a colaborar com essas entidades oficiais, como aliás resulta do novo quadro legal do ensino superior que reforça as possibilidades de intervenção institucional das Ordens no processo de avaliação e certificação de cursos superiores.

Tal não implica que a Ordem deva abrandar as suas exigências de qualidade na titulação de Economistas. Mas esta exigência de qualidade deve passar pela aposta, de forma sistemática, na formação dos seus membros, orientada para a melhor qualificação no exercício da profissão.

A Ordem tem de dar resposta a quem a procura porque deseja pertencer a um “Clube de Economistas” que, entre outras, lhe proporciona oportunidades de formação. O que obriga a uma alteração, no sentido duma maior profissionalização, da Ordem, enquanto entidade que presta serviços aos seus associados.

6) O exercício de cargos executivos na Ordem, em especial pelas tarefas de representação a ele associados, obriga, cada vez mais, a um maior grau de profissionalização.

Esta tendência é nítida noutras Ordens e é neste contexto que deve ser analisada a proposta de atribuição de um subsídio para despesas de representação. Há necessidade de rever o modelo de governação da Ordem, hoje assente no puro voluntariado, para o adequar a essas novas exigências.

7) A criação de um Conselho Consultivo, que funcionará como um “think tank” de apoio ao Bastonário, facilitar-lhe-á dar resposta a inúmeras solicitações de pareceres sobre questões da Economia e da Gestão.

A Ordem, e conseqüentemente o Bastonário, não pode pronunciar-se, em nome dos seus milhares de membros, sobre questões que não suscitam a unanimidade de opiniões.

Mas a Ordem, para além de servir de agente facilitador do debate sobre questões da Economia e da Gestão, não pode, em alguns casos, afastar-se de intervir e de tomar posição.

Daí esta solução de compromisso em que se prevê a criação de um Conselho Consultivo, que pode emitir pareceres, de que o Bastonário se pode socorrer, e cuja credibilidade é apenas sustentada na idoneidade técnica dos seus membros”.

### **3.4 2ª Semana Novos Economistas**

Realizou-se, de 24 a 27 de Setembro, em Lisboa, Porto e Braga, a 2ª edição da Semana Novos Economistas que pretendeu sensibilizar jovens finalistas de cursos de economia e de gestão para a sua inscrição na Ordem. Esta 2ª edição da Semana Novos Economista, centrou-se num conjunto de sete conferências realizadas em Escolas de Economia (Quadro 18).

**Quadro 18**

<b>Local</b>	<b>Oradores</b>	<b>Moderadores</b>
ISEG (24/9)	Carlos Paz (Accenture) Luís Reis (Hay Group) Patrícia Lenine (Axa)	Nuno Valério (Direcção) Luís Pires (Jornalista)
ISCTE (25/9)	José Gonzaga Rosa (Ernst & Young) Soledade Duarte (Invesco Transearch)	Maria Leonor Aires (Direcção) Luís Pires (Jornalista)
FEUNL (26/9)	Carlos Paz (Accenture) Luís Alves Monteiro (Boydén) Rui Barros Lopes (Deloitte)	Maria Leonor Aires (Direcção) Luís Pires (Jornalista)
UCP/Lisboa (27/9)	Amélia Peixoto (Drake Beam Morin) Rocha Matos (Heidrick & Struggles) Soledade Duarte (Invesco Transearch)	Manuel Sebastião (Direcção)
UCP/Porto (26/9)	José Manuel Rodrigues (Grupo Salvador Caetano) Maria Lopes Cardoso (FEG / UCP)	António Cunha (Secretariado da DRN)
FEP (27/9)	José Manuel Rodrigues ( Grupo Salvador Caetano) Rui Alves (CD/FEP)	Jorge Soares (Secretariado da DRN)
U. Minho (27/9)	Margarida Proença (EEG/UM) Paulo Alves (CMVM) Liliana Oliveira (IPME)	Joaquim Cunha (Representante da DRN em Braga)

### 3.5 Ciclo de Conferências

Realizaram-se as seguintes quatro conferências em 2007

**Quadro 19**

Almoço/Debate <b>Novo Aeroporto de Lisboa</b> 23 de Maio, no Hotel Altis, Lisboa, <b>Conferencista: Mário Lino - Ministro das Obras Públicas</b>
Conferência/Debate <b>A Gestão da Saúde</b> 27 de Junho, Sede da Ordem Conferencista: <b>António Correia de Campos</b> - Ministro da Saúde
Conferência/Debate <b>Flexissegurança</b> 18 de Julho, Sede da Ordem Conferencista: José Vieira da Silva - <b>Ministro do Trabalho e da Segurança Social</b>

Conferência/Debate (3ª edição) (em parceria com a Ernst & Young)

**Atractividade do Investimento Directo Estrangeiro**

14 de Novembro, Hotel Ritz, Lisboa

Conferencista: **José Gonzaga Rosa**, (Ernst & Young)

Oradores: **Manuel Pinho**

**Basílio Horta**

**Francisco Murteira Nabo**

**Teresa Cochito**, (Ernst & Young)

Moderador: **José Gomes Ferreira**

### **3.6 Tertúlia dos Economistas**

Não se efectuou qualquer Tertúlia em 2007

### **3.7 Jovens Valores da Economia**

Realizou-se a 3ª edição do concurso «Jovens Valores da Economia» (menção gestão) tendo saído vencedor David Campos e Cunha, licenciado pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, autor do trabalho «Capital Markets Clustering – An econometric approach» .

O Júri decidiu, neste concurso, não atribuir o prémio para menção Economia.

### **3.8 Plano de Comunicação**

Não foi aprovado um Plano de Comunicação, pese embora a Ordem ter tido, em 2007, uma presença muito significativa nos media.

## 4. Caracterização da Ordem

### 4.1 Caracterização da situação a 31 de Dezembro de 2007

Em 2007, a Ordem reconheceu os Professores Jacinto Nunes, Bento Murteira e Simões Lopes como seus membros honorários.

O Quadro 20 identifica os membros da Ordem de acordo com a sua situação, distrito de residência e por colégios de especialidade. De notar, que existiam 47 membros cujas moradas não tem sido possível identificar.

**Quadro 20**

Distrito	Efectivos		Estagiários		Suspensos*		Total
	Econom.	Gestão	Econom.	Gestão	Econom	Gestão	
V. Castelo	27	60	8	21	0	0	116
Braga	110	267	13	74	0	0	464
Porto	755	1.314	50	255	0	0	2.374
Vila Real	25	45	6	12	0	0	88
Bragança	14	43	3	11	0	0	71
Aveiro	135	232	18	48	1	1	435
Viseu	49	105	9	27	0	0	190
Guarda	23	34	5	10	0	0	72
Coimbra	97	187	24	33	2	1	344
C. Branco	32	71	6	17	0	0	126
<b>DR Norte</b>	<b>1.267</b>	<b>2.358</b>	<b>142</b>	<b>508</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4.280</b>
Leiria	63	179	14	19	0	0	275
Santarém	47	144	11	15	0	1	218
Lisboa	1.483	3.495	99	253	2	5	5.337
Setúbal	241	548	23	57	0	0	869
Portalegre	19	37	2	2	0	0	60
Évora	51	74	6	7	0	0	138
Beja	13	29	2	5	0	0	49
Faro	64	156	11	25	0	1	257
Estrang.	25	41	0	3	0	0	69
<b>Sul+Estr.</b>	<b>2.006</b>	<b>4.703</b>	<b>168</b>	<b>386</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>7.272</b>
<b>Mor. desc.</b>	<b>22</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>47</b>
<b>Madeira</b>	<b>66</b>	<b>218</b>	<b>7</b>	<b>41</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>332</b>
<b>Açores</b>	<b>40</b>	<b>138</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>207</b>
<b>Total</b>	<b>3.401</b>	<b>7.442</b>	<b>330</b>	<b>951</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>12.138</b>

O Quadro 21 apresenta a distribuição dos membros da Ordem por faixas etárias e por sexo.

**Quadro 21**

Região	<30		30-39		40-49		50-59		≥60	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Norte	322	394	918	878	532	301	511	150	248	26
Sul+Estrang.	241	262	1.352	1.236	929	559	1.284	457	845	107
Madeira	21	27	81	78	47	20	35	10	9	4
Açores	17	16	49	53	15	12	34	6	5	0
Moradas Desc.	0	0	6	11	9	2	12	2	4	1
<b>Total</b>	<b>601</b>	<b>699</b>	<b>2.406</b>	<b>2.256</b>	<b>1.532</b>	<b>894</b>	<b>1.876</b>	<b>625</b>	<b>1.111</b>	<b>138</b>

O Quadro 22 identifica as Escolas de origem dos membros da Ordem.

**Quadro 22**

Escola	Colégio		Total	Via de admissão		Total
	Economia	Gestão		APEC	Ordem	
ISEG	1.122	2.352	<b>3.474</b>	2.356	1.118	<b>3.474</b>
FEP	833	1.146	<b>1.979</b>	1.093	886	<b>1.979</b>
ISCTE	54	685	<b>739</b>	453	286	<b>739</b>
FEUC	285	432	<b>717</b>	260	457	<b>717</b>
UCP	182	562	<b>744</b>	309	435	<b>744</b>
FEUNL	269	366	<b>635</b>	253	382	<b>635</b>
Outras Públicas	291	740	<b>1.031</b>	204	827	<b>1.031</b>
Outras Privadas	658	2.057	<b>2.715</b>	473	2.242	<b>2.715</b>
Estrangeiro	42	62	<b>104</b>	61	43	<b>104</b>
<b>Total</b>	<b>3.736</b>	<b>8.402</b>	<b>12.138</b>	<b>5.462</b>	<b>6.676</b>	<b>12.138</b>

#### 4.2 Caracterização dos novos membros (2005, 2006 e 2007)

Tomando como referência os anos 2005, 2006 e 2007 podem-se identificar as principais Escolas de origem dos novos membros (Quadro 23):



**Quadro 23**

<b>Escola</b>	<b>Ano</b>			<b>Total</b>
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	
ISEG	94	83	58	<b>235</b>
FEP	103	73	79	<b>255</b>
ISCTE	28	32	19	<b>79</b>
FEUC	50	37	37	<b>124</b>
UCP	42	55	38	<b>135</b>
FEUNL	36	49	32	<b>117</b>
U. Lusíada	60	36	22	<b>118</b>
U. Portucalense	48	44	25	<b>117</b>
Outras Públicas	123	138	106	<b>367</b>
Outras Privadas	61	67	67	<b>195</b>
Estrangeiro	3	2	1	<b>6</b>
<b>Total</b>	<b>648</b>	<b>616</b>	<b>484</b>	<b>1.748</b>

Tomando como referência os três últimos anos, as inscrições em cada um dos dois Colégios de Especialidade, foram as seguintes:

**Quadro 24**

<b>Ano</b>	<b>Colégio</b>		
	<b>Economia Política</b>	<b>Economia e Gestão Empresariais</b>	<b>Total</b>
2005	106	542	648
2006	169	447	616
<b>2007</b>	<b>186</b>	<b>298</b>	<b>484</b>
<b>Total</b>	<b>461</b>	<b>1.287</b>	<b>1.748</b>

Ainda tomando como referência estes dois últimos anos, os membros inscritos repartem-se pelas seguintes faixas etárias e sexo:

**Quadro 25**

	<30		30-39		40-49		50-59		≥60	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Masc	168	137	97	60	33	33	28	17	8	8
Fem.	194	162	67	40	16	17	5	8	0	2
<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>299</b>	<b>164</b>	<b>100</b>	<b>49</b>	<b>50</b>	<b>33</b>	<b>25</b>	<b>8</b>	<b>10</b>

**4.3 Candidaturas**

O Conselho da Profissão tem mantido rigorosos critérios para aceitação de novos membros, que a sua Comissão Permanente tem cumprido escrupulosamente.

Tomando como referência os três últimos anos, caracterizam-se no Quadro 26 candidaturas entradas:

**Quadro 26**

	Admitidas	Rejeitadas	Pendentes		Total
			Cons. Profissão	Falta pagamento	
2005	648	49	17	0	<b>714</b>
2006	616	44	24	0	<b>684</b>
<b>2007</b>	<b>484</b>	<b>45</b>	<b>58</b>	<b>0</b>	<b>587</b>

## **II Situação Económica e Financeira**

### **1 Análise da Situação Financeira**

Da análise do Balanço da Ordem em 31 de Dezembro de 2007 e da sua comparação com o Balanço do ano anterior, conclui-se:

O activo líquido registou um acréscimo de 127.713 euros (de 2.037.234 euros em 2006 para 2.164 947 euros em 2007) em resultado da evolução das principais rubricas que o compõem, sendo de destacar:

- As disponibilidades (caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações financeiras) registaram um acréscimo de 166.413 euros.
- As dívidas de terceiros – curto prazo - registaram um aumento de 27.799 euros em consequência, essencialmente, do aumento do saldo de Outros Devedores (+ 36.710 euros) e da conta Estado (+49.901 euros), dado que o saldo da conta Associados registou um decréscimo de 55.242 euros, devido à criação de provisões que cobriram as quotas em atraso até 2007, exclusive.
- As imobilizações corpóreas brutas registaram um crescimento de 18.731 euros, em resultado de investimentos realizados. Após as amortizações, as imobilizações corpóreas líquidas apresentam um saldo ligeiramente inferior ao de 2006 (- 10.313 euros).
- A redução de 56.186 euros na rubrica de Acréscimos e Diferimentos foi devida ao decréscimo de 7.612 euros no Acréscimo de Proveitos, que inclui designadamente a especialização dos juros das contas de depósito a prazo e de títulos negociáveis relativos ao ano de 2007, a vencer durante 2008, e de 48.574 euros nos Custos Diferidos, que incluem especializações correntes (rendas, contratos de manutenção, seguros, etc.) bem como o valor das obras de conservação/beneficiação da sede. Em relação a estas últimas importa referir que, na sequência do acordo celebrado com a Embaixada Britânica para permanência nas instalações até Março de 2010<sup>2</sup>, o critério de imputação das obras na sede foi alterado, passando a ser transferido para custos no prazo de 4 anos, com início em 2006.

O passivo registou um acréscimo de cerca de 20.469 euros (113.183 euros em 2007 contra 92.714 euros em 2006) como resultado do seguinte:

- o saldo da conta de Fornecedores, que em 2006 apresentava um saldo nulo e em 2007 apresenta um saldo de 27.999 euros, correspondente a contas relacionadas com o Congresso e com a Conferência Nacional, contabilizadas em 2007 e pagas em 2008.

e

- por outro lado, as contas de Associados e do Estado que registaram decréscimos de respectivamente 6.183 euros e 4.991 euros.

A situação Líquida aumentou de 1.944.520 euros para 2.051 764 euros, isto é, registou-se em 2007 um resultado líquido de 107.244 euros, contra 4.886 euros em 2006.

---

<sup>2</sup> Saliente-se que, na sequência de novo acordo com a Embaixada Britânica, o período de permanência da Ordem nas instalações foi prorrogado até Março de 2011, maso critério de imputação do custo das obras não foi alterado.

## 2. Análise da Situação Económica

A evolução da situação económica da Ordem encontra-se reflectida no quadro 27.

**Quadro 27**

(em euros)

	2007 (a)	2006 (b)	Desvio (a)-(b)	%
<b>PROVEITOS</b>	<b>1.528.473</b>	<b>1.020.304</b>	<b>-508.169</b>	<b>49,8%</b>
Jóias e Quotas	718.930	697.541	21389	3,1
Inscrições Congressos	79.021	1.350	77671	5.753,4%
Sublocações e alugueres	2.691	2.691		
Participação Seguro Grupo	116.319	6.255	110.064	1.759,6%
Patrocínios/Donativos				
Carta Informativa		7.500	-7.500	100,0%
Congressos/Conferências, etc	444.357	20.551	423.806	2.062,2%
Subsídios à exploração	57.309	148.250	-90.941	-61,3%
Outros proveitos suplementares	46.205	62.594	-16.389	-26,2%
Proveitos e Ganhos Financeiros	50.142	58.894	-8.752	-14,9%
Proveitos e ganhos extraordinários	1	2.505	-2.504	-100,0%
Reversões de amort. e ajustamentos	13.498	12.173	1.325	10,9%
<b>CUSTOS</b>	<b>1.421.229</b>	<b>1.015.418</b>	<b>405.811</b>	<b>40,0%</b>
Fornecimentos e serviços externos	934.034	617.787	316246	51,2%
Impostos	839	774	65	8,4%
Custos com o pessoal	298.064	242.492	55.572	8,422,9%
Outros Custos Operacionais	2.595	8.000	-5.405	67,6%
Amortizações	32.324	39.756	-7.432	-18,7%
Ajustamentos	123.627	32.124	91.503	284,8%
Custos e perdas financeiras	11.096	11.522	-426	-3,7%
Custos e perdas extraordinários	18.650	62.963	-44.313	-70,4%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>107.244</b>	<b>4.886</b>	<b>102.358</b>	<b>2.094,9%</b>

Os quadros seguintes procuram identificar as tendências de evolução dos principais indicadores desde o ano 2000.

Assim, o Quadro 28 permite a análise da evolução do “Cash-Flow”

**Quadro 28**

(euros)

Ano	Resultado	Amortizações	Ajustamentos	Cash-Flow
2000	234.398,09	27.040,45	37.409,84	298.848,38
2001	363.449,41	33.621,68	0,00	397.071,09
2002	516.956,22	39.642,87	0,00	556.599,09
2003	271.443,82	41.505,46	0,00	312.949,28
2004	47.856,00	44.685,36	33.036,29	125.577,65
2005	75.191,12	43.379,71	27.595,29	146.166,12
2006	4.886,41	39.755,69	32.124,32	76.766,42
<b>2007</b>	<b>107.243,82</b>	<b>32.323,69</b>	<b>123.627,23</b>	<b>263.194,74</b>

É de salientar que foi decidido alterar o princípio contabilístico de constituição de provisões para fazer face a dívidas por quotizações a receber dos associados.

Enquanto anteriormente o reforço das provisões se destinava a cobrir a totalidade das dívidas dos associados até aos últimos 3 anos anteriores ao do exercício, o princípio contabilístico agora adoptado consiste num reforço das provisões para cobertura da totalidade das dívidas até ao ano anterior, ou seja, no caso vertente, até 2006, sendo o montante a provisionar em 2007 de 123.627,23 euros.

Pelo critério anteriormente adoptado aquele montante seria de 28,343,71 euros.

O Quadro 29 refere-se à evolução dos **Proveitos** nos últimos 8 anos:

**Quadro 29**

(euros)

<b>PROVEITOS</b>						
<b>Ano</b>	<b>Jóias e Quotas</b>	<b>Axa</b>	<b>Patrocínios /Donativos</b>	<b>P.Finan.</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
2000	557.960,32	0,00	9.477,16	14.387,64	4.805,43	586.630,55
2001	568.295,41	126.777,37	36.911,04	28.204,09	29.635,44	789.823,36
2002	598.109,44	0,00	744.161,47	30.607,30	125.627,92	1.498.506,13
2003	620.413,50	46.508,34	14.000,00	56.647,59	44.652,44	782.221,87
2004	641.150,64	47.879,90	10.000,00	62.111,58	23.612,36	784.754,48
2005	672.182,26	49.528,07	574.529,35	39.338,96	105.660,25	1.441.238,89
2006	697.570,74	6.255,26	176.301,00	58.894,37	81.282,73	1.020.304,10
<b>2007</b>	<b>718.930,22</b>	<b>116.318,74</b>	<b>501.666,60</b>	<b>50.142,16</b>	<b>141.415,16</b>	<b>1.528.472,88</b>

O Quadro 30 dá conta da evolução dos Custos no mesmo período atrás referido

**Quadro 30**

(euros)

<b>CUSTOS</b>						
<b>Ano</b>	<b>FSE</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Amortiz.</b>	<b>Ajustam.</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
2000	120.061,17	115.912,74	27.040,45	37.409,84	51.808,26	352.232,46
2001	210.759,81	160.045,06	33.621,68	0,00	21.947,40	426.373,95
2002	723.807,38	205.382,96	39.642,87	0,00	12.716,70	981.549,91
2003	308.807,55	136.112,14	41.505,46	0,00	24.352,90	510.778,05
2004	440.169,34	197.212,48	44.685,36	33.036,29	21.795,01	736.898,48
2005	1.006.037,19	236.106,70	43.379,71	27.595,29	52.928,88	1.366.047,77
2006	617.786,86	242.491,72	39.755,69	32.124,32	83.259,10	1.015.417,69
<b>2007</b>	<b>934.033,48</b>	<b>298.063,98</b>	<b>32.323,69</b>	<b>123.627,23</b>	<b>33.180,68</b>	<b>1.421.229,06</b>

No Quadro 31 pode observar-se a evolução do **Fundo Associativo** nos últimos 8 anos.

**Quadro 31**

(euros)

<b>Ano</b>	<b>Acréscimo</b>	<b>Valor Final</b>
2000	227.573,54	664.737,01
2001	363.449,38	1.028.186,39
2002	516.956,21	1.545.142,60
2003	271.443,82	1.816.586,42
2004	47.856,00	1.864.442,42
2005	75.191,12	1.939.633,54
2006	4.886,41	1.944.519,95
<b>2007</b>	<b>107.243,82</b>	<b>2.051.763,77</b>

A evolução dos **depósitos a prazo e aplicações financeiras** foi a seguinte:

**Quadro 32**

(euros)

<b>Ano</b>	<b>Acréscimo</b>	<b>Valor Final</b>
2000	224.459,05	431.958,98
2001	483.335,17	915.294,15
2002	387.993,52	1.303.287,67
2003	272.369,96	1.575.657,63
2004	(-)4.602,39	1.571.055,24
2005	(-) 106.055,24	1.455.000,00
2006		1.455.000,00
<b>2007</b>	<b>(+) 140.000,00</b>	<b>1.595.000,00</b>

Em 2007 os Depósitos à Ordem aumentaram de 59.886,76 euros para 86.662,53 euros.

A decisão de efectuar um montante de provisões que cobrisse as quotas em atraso dos membros da Ordem até 2006 teve um efeito importante no apuramento de resultado líquido e, designadamente, no cômputo dos custos da actividade corrente da Ordem, onde se incluem as provisões.

**Quadro 33**

(euros)

<b>Custos correntes</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Pessoal e honorários de avenças	411.040	331.563
Encargos de instalações e material de funcionamento corrente	108.251	114.415
Comunicações	49.971	70.652
Seguros	4.451	7.241
Deslocações e estadas	14.451	38.946
Outsourcing	97.352	78.270
Amortizações	32.324	39.756
Ajustamentos	123.627	32.124
Outros custos	56.388	61.315
<b>Total</b>	<b>897.855</b>	<b>774.282</b>
<b>Proveitos correntes</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Jóias e quotas	718.930	697.541
Aplicações financeiras	50.142	58.894
Sublocações e alugueres	2.691	2.691
Publicidade	25.000	25.000
“Rappels” e mailings específicos	2.000	23.000
<b>Total</b>	<b>798.763</b>	<b>807.126</b>

Em 2007 manteve-se em aplicação um sistema de contabilidade analítica. O Quadro 34 evidencia os Custos e Proveitos imputados aos vários Centros de Custos

**Quadro 34**

(euros)

	<b>Sede</b>	<b>DRN</b>	<b>DRM</b>	<b>DRA</b>	<b>Total</b>
<b>Proveitos</b>					
Jóias e quotas	718.930				718.930
Inscrições		4.740	2.925		7.665
Proveitos suplementares	137.304	2.910	8.200		148.414
Subsídios exploração			4.810		4.810
Reversões	13.498				13.498
Proveitos ganhos financeiros	50.142				50.142
Proveitos ganhos extraordinários		1			1
<b>Total</b>	<b>919.874</b>	<b>7.651</b>	<b>15.935</b>		<b>943.460</b>
<b>Custos</b>					
Fornecimentos serviços externos	343.791	29.783	22.704		396.278
Impostos		839			839
Custos pessoal	257.990	29.117	10.957		298.064
Outros Custos Operacionais	2.595				2.595
Amortizações e Ajustamentos	155.951				155.951
Custos e perdas financeiras	10.951	14	131		11.096
Custos perdas extraord.	18.450				18.450
<b>Total</b>	<b>789.728</b>	<b>59.753</b>	<b>33.792</b>		<b>883.273</b>
<b>Proveitos-Custos</b>	<b>130.146</b>	<b>-52.102</b>	<b>-17.857</b>		<b>60.187</b>

O Quadro 35 dá conta dos proveitos e custos imputados aos **Centros de Resultados dos Projectos**:

**Quadro 35**

(euros)

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>Total</b>
<b>Proveitos</b>								
Inscrições	3.700		67.655					71.355
Proveitos Suplent	1.157		435.000				25.000	461.157
Subsídios Explor.		17.500	35.000					52.500
<b>Total</b>	<b>4.857</b>	<b>17.500</b>	<b>537.655</b>				<b>25.000</b>	<b>585.012</b>
<b>Custos</b>								
FSE	23.607	23.990	425.892	21.696	8.808	10.369	23.593	537.955
<b>Total</b>	<b>23.607</b>	<b>23.990</b>	<b>425.892</b>	<b>21.696</b>	<b>8.808</b>	<b>10.369</b>	<b>23.593</b>	<b>537.955</b>
<b>Proveitos -Custos</b>	<b>-18.750</b>	<b>-6.490</b>	<b>111.763</b>	<b>-21.696</b>	<b>-8808</b>	<b>-10.369</b>	<b>1.407</b>	<b>47.057</b>

Grelha: 1 – Conferências e debates; 2 – Conferência Anual; 3 – Congresso Nacional; 4 – Carta Informativa; 5 – Novos membros; 6 – Eleições; 7 – Site



### 3. Execução Orçamental

O Conselho Geral, obtido o parecer favorável do Conselho Fiscalizador de Contas, aprovou o Plano de Actividades e Orçamento para 2007 que importa agora confrontar com os resultados deste exercício.

**Quadro 36**

(euros)

	2007			
	Real (a)	Orç. (b)	Desvio (a)-(b)	% (a)/(b)
<b>PROVEITOS</b>				
Jóias e quotas	718.930	724.173	-5.243	-0,7%
Inscrições (Congresso e outros)	79.021	112.500	-33.479	-29,8%
Sublocações e alugueres	2.691	2.760	-69	-2,5%
Participação Seguro Grupo	116.319	6.000	110.319	1838,7%
Patrocínios			0	
Carta Informativa		15.000	-15.000	-100,0%
Convenção, Congresso, etc	444.357	475.000	-30.643	-6,5%
Subsídios à Exploração	57.309		57.309	
Reversões de amortizações e ajustamentos	13.498		13.498	
Outros proveitos suplementares	46.205	42.000	4.205	10,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros			0	
Juros bancários obtidos	50.142	62.000	-11.858	-19,1%
Proveitos e ganhos extraordinários	1		1	
<b>Total Proveitos</b>	<b>1.528.473</b>	<b>1.439.433</b>	<b>89.040</b>	<b>6,2%</b>
<b>CUSTOS</b>			0	
Fornecimentos e serviços externos	934.034	1.020.844	-86.810	-8,5%
Impostos	839	813	26	3,2%
Custos com o pessoal	298.064	276.710	21.354	7,7%
Amortizações	32.324	42.044	-9.720	-23,1%
Ajustamentos	123.627	27.000	96.627	357,9%
Outros custos operacionais	2.595	8.450	-5.855	-69,3%
Custos e perdas financeiras	11.096	13.676	-2.580	-18,9%
Custos e perdas extraordinários	18.650		18.650	
<b>Total custos</b>	<b>1.421.229</b>	<b>1.389.537</b>	<b>31.692</b>	<b>2,3%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>107.244</b>	<b>49.896</b>	<b>57.348</b>	<b>114,9%</b>

Como se verifica, o resultado líquido efectivamente apurado no exercício (107.244 euros) foi bastante superior ao estimado no Orçamento (49.896 euros). Para este resultado contribuiu de forma significativa o lucro obtido com a realização do II Congresso Nacional, da qual resultou, conforme se pode verificar pela análise do Quadro 35, um resultado líquido de 111.763 euros.

Ainda da análise da execução orçamental constata-se que o desvio real / orçamento verificado (57.348 euros) foi o resultado fruto de uma execução orçamental superior às previsões, tanto em termos de Proveitos como de Custos. Com efeito, a um desvio de 89.040 euros nos Proveitos correspondeu um desvio de 31.692 nos Custos, o que explica a obtenção de um resultado líquido superior ao programado em 57.348 euros.

Para o acréscimo, em relação às previsões orçamentais, dos “**Proveitos**” contribuiu de forma significativa a participação do Seguro de grupo da AXA, que totalizou 116.319 euros, que no Orçamento apresentava o montante de s 6.000 euros, bem como um maior volume de patrocínios e subsídios, de entre os quais se salienta o impacto dos obtidos no âmbito do Congresso. De referir ainda um crédito referente a reversões não previstas no Orçamento, relacionadas com a utilização de provisões no montante de 13.498 euros.

Por outro lado, apresentam um valor inferiores ao orçamentado: as receitas provenientes das jóias e quotas (-5.243 euros), das inscrições em conferências ou debates (-33.479 euros), e dos juros de depósitos a prazo e aplicações financeiras (-11.858 euros). De salientar ainda que a publicação da Carta Informativa não beneficiou de qualquer patrocínio, ao contrário do que tinha sido previsto no Orçamento (-15.000 euros).

No que respeita a “**Custos**” obtiveram-se em Dezembro valores superiores aos orçamentados nas seguintes rubricas:

**Quadro 37**

(euros)

<b>Contas</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Real</b>	<b>Desvio</b>
Artigos para Oferta	750	3.133	2.383
Transportes de Pessoal	8.557	8.751	194
Honorários	81.547	104.225	22.678
Contencioso e notariado	12		
Trabalhos especializados	352.293	383.963	31.670
Impostos	813	839	26
Despesas de condomínio		535	535
Custos com o Pessoal	276.710	298.064	21.354
Ajustamentos	27.000	123.627	96.627
Custos e Perdas Extraordinários	18.650		
<b>Total</b>	<b>747.670</b>	<b>941.799</b>	<b>194.129</b>

Analisam-se em seguida as contas com desvios mais significativos:

- **Honorários**  
A diferença justifica-se pela inclusão nesta rubrica das avenças referentes a trabalhos no Site (novos conteúdos) e do pagamento por apoio jurídico.
- **Trabalhos especializados**  
O desvio resulta de valor relacionado com trabalhos relativos à realização do Congresso.
- **Custos com o Pessoal**  
O desvio verificado está relacionado com a realização de despesas não previstas, designadamente com o pagamento de horas extraordinárias (10.703 euros), e com despesas de formação (6.740 euros).

- **Ajustamentos**  
A política de ajustamentos seguida pela Ordem em 2007 foi já referida anteriormente.
- **Custos e Perdas Extraordinários**  
Do desvio de 18.650 euros há a referir que o montante de 4.942 euros se refere a correcções relativas a exercícios anteriores – regularizações a clientes de facturas em duplicado. A soma restante refere-se principalmente a créditos incobráveis anulados por utilização de Provisões.

As contas em que se obtiveram valores inferiores aos orçamentados foram:

**Quadro 38**

(euros)

Contas	Orçamento	Real	Desvio
Electricidade, Gás e Água	8.391	8.371	-20
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	1.272	1.192	-87
Livros e Documentação Técnica	258		-258
Material de escritório	30.000	29.238	-762
Rendas e alugueres	178.235	165.020	-13.215
Comunicação	62.315	49.971	-12.344
Seguros	7.086	4.451	-2.635
Deslocações e Estadas	62.142	38.187	-23.913
Conservação e Reparação	91.961	55.596	-36.365
Limpeza, Higiene e Conforto	6.098	5.099	-999
Vigilância e Segurança	144	142	-2
Publicidade e Propaganda	110.750	68.484	-42.266
Outros Fornecimentos e Serviços	19.045	7.664	-11.381
Outros Custos Operacionais	8.450	2.595	-5.855
Custos e Perdas Financeiros	13.676	11.096	-2.611
Amortizações	42.044	32.324	-9.720
<b>Total</b>	<b>641.867</b>	<b>479.430</b>	<b>-162.433</b>

Analizam-se a seguir as contas com desvios mais significativos:

- **Deslocações e Estadas**

A diferença resulta de as despesas orçamentadas no âmbito do Congresso (50.000 euros) serem superiores ao realizado (totalizaram apenas 23.520 euros).

- **Conservação e Reparação**

A diferença é devida à alteração do critério de amortização das obras na Sede, que foi ampliado até 2009. Foram, também, efectuadas as correspondentes regularizações.

- **Publicidade e Propaganda**

O desvio justifica-se por as despesas previstas no Orçamento com a Convenção, a III Conferência Anual e a Semana Novos Economistas serem superiores ao real.

#### 4. Tesouraria

Importa agora analisar o Orçamento de Tesouraria de 2007 e os movimentos registados.

Quadro 39

		(euros)			
(euros)	Orçamento	Real	Desvio	%	
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.583.671</b>	<b>1.518.671</b>	<b>-65.000</b>	<b>-4,10%</b>	
Caixa	1.471	3.784	2.313	157,22%	
Depósitos à ordem	127.200	59.887	-67.313	-52,92%	
Depósitos a prazo	1.080.000	1.080.000	0	0,00%	
Outras aplicações de tesouraria	375.000	375.000	0	0,00%	
<b>Recebimentos</b>	<b>1.317.307</b>	<b>1.436.925</b>	<b>119.618</b>	<b>9,08%</b>	
<b>Prestação de Serviços</b>					
Novas.Inscr.- jóias	10.971	7.719	-3.252	-29,64%	
Quotas emitidas	644.276	674.078	29.802	4,63%	
Inscrições Congresso, Convenção, Tertúlias	112.500	79.021	-33.480	-29,76%	
<b>Proveitos Suplementares</b>					
Sublocações e alugueres	2.760	2.691	-69	-2,52%	
Participação Seguro Grupo	6.000	116.319	110.319	1838,65%	
Patrocínios	441.000	457.126	16.126	3,66%	
Outros proveitos suplementares	37.800	46.205	8.405	22,23%	
<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>					
Juros bancários obtidos	47.000	53.267	6.267	13,33%	
Outros	15.000	501	-14.499	-96,66%	
<b>Pagamentos</b>	<b>1.287.558</b>	<b>1.270.511</b>	<b>-17.047</b>	<b>-1,32%</b>	
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	937.907	934.033	-3.874	-0,41%	
<b>Impostos</b>	813	839	26	3,25%	
<b>Custos com o pessoal</b>	276.710	298.064	21.354	7,72%	
<b>Outros Custos Operacionais</b>	8.450	2.595	-5.855	-69,29%	
<b>Custos e perdas financeiras</b>	13.676	11.096	-2.580	-18,86%	
<b>Custos e Perdas Extraordinários</b>		5.151	5.151		
<b>Novos investimentos</b>	50.002	18.731	-31.271	-62,54%	
<b>Saldo</b>	<b>29.749</b>	<b>166.414</b>	<b>136.665</b>	<b>459,39%</b>	
<b>Saldo final</b>	<b>1.613.420</b>	<b>1.685.084</b>	<b>71.664</b>	<b>4,44%</b>	
Caixa	3.000	3.422	422	14,06%	
Depósitos à Ordem	155.420	86.663	-68.757	-44,24%	
Depósitos a prazo	1.080.000	1.220.000	140.000	12,96%	
Outras aplicações de tesouraria	375.000	375.000	0	0,00%	

Em 2007 verificou-se um saldo de tesouraria positivo de 166.413 euros, superior ao valor orçamentado de 29.749 euros. Em 2006 havia-se obtido um saldo de tesouraria negativo de 167.384 euros.

## 5. Investimentos

Em 2007 os investimentos efectuados ficaram aquém das previsões, conforme se pode verificar pela análise do quadro 40 que a seguir se apresenta, onde estão indicados os investimentos efectuados em 2007, comparando os seus valores com o orçamentado e com o executado em 2006.

**Quadro 40**

	2006	2007		
		Orçamento	Real	Desvio
<b>SEDE:</b>				
Equipamento Informático	4.423	10.000	3.780	-6.220
Programas Informáticos		8.000		-8.000
Licenças informáticas		12.000		-12.000
Mobiliário	39.550	10.000		-10.000
Obras	66.120			
Outros Equipamentos/Ferramentas	3.274		4.935	+4.935
Site				
Nova Central Telefónica		10.000	12.096	+2.096
<b>DRN:</b>				
Equipamento Informático				
Mobiliário/Equipamentos			1.105	+1.105
<b>DRM:</b>				
Equipamento/Programas Informáticos				
Mobiliário			94	+94
<b>Total</b>	<b>113.367</b>	<b>50.000</b>	<b>22.010</b>	<b>-27.990</b>

### **III. Resultado do Exercício de 2007**

Em 2007, foi apurado um resultado positivo no valor de 107.243,82 euros (cento e sete mil, duzentos e quarenta e três euros e oitenta e dois cêntimos).

Tal como em anos anteriores propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para o Fundo Associativo.

Lisboa, de Março de 2008,

**A Direcção**

## Tópicos dos artigos inseridos no site

Quadro A

<b>Índice</b>	<b>N.º Artigos</b>
Economia Geral	77
Economia Europeia	63
<b>Índice</b>	<b>N.º Artigos</b>
Das Instituições	20
Comissão Europeia	1
Clima	5
Economia Internacional	97
Organizações Internacionais	3
Economia Pública	18
Relações Laborais	2
Educação	4
Saúde	1
Segurança Social	3
Regionalização	1
Finanças Públicas	13
Orçamento	5
Impostos	4
Desenvolvimento, Crescimento e Tecnologia	32
Competitividade	6
Inovação	5
Trabalho e Demografia	11
Imigração	3
Envelhecimento Populacional	1
Economia e Gestão Empresarial	58
Gestão Estratégica e de Competitividade	9
Gestão Organizacional e de Recursos Humanos	2
<b>TOTAL</b>	<b>444</b>

O quadro seguinte refere-se aos tópicos dos artigos inseridos na rubrica «Temas de Economia e Gestão – Grandes Temas»

## Quadro B

Índice	N.º Artigos
Especial G8	8
Economia – Geral	11
Globalização	4
História Económica	1
Microeconomia	1
Água	4
Macroeconomia	9
Aspectos Gerais da Política Económica	19
Economia Europeia	14
Economia Financeira	21
Economia Internacional	25
Annapolis Nov2007	4
Economia Regional, Urbana e Rural	2
Economia Pública	9
Desenvolvimento Sustentado	18
Educação	6
Saúde, Educação e Bem Estar	7
Finanças Públicas	7
Desenvolvimento, Crescimento e Tecnologia	16
Trabalho e Demografia	20
Índice	N.º Artigos
Economia e Gestão Empresarial	6
Gestão Estratégica e de Competitividade	5
Gestão Organizacional e de Recursos Humanos	1
<b>TOTAL</b>	<b>218</b>

## Quadro C

Nearly half of EU27 enterprises outsource ICT functions  
 L'Europe dans la mondialisation  
 Le pari de la croissance  
 Changement climatique et électricité  
 Family business survey 2007/08  
 Préparer le "bilan de santé" de la PAC réformée  
 Statistiques communautaires de l'innovation  
 Oil market report  
 Relatório da competitividade 2007  
 What can probability forecasts tell us about inflation risks?  
 L'économie de la culture et les activités culturelles dans l'UE27  
 Quadro de referência estratégico nacional 2007-2013  
 Environnement et pollution en Russie et en Asie centrale  
 Keeping freight moving  
 Uma globalização inclusiva e sustentável  
 Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2008  
 The euro area bank lending survey – October 2007



L'impact de l'allongement de la durée de la vie sur les systèmes d'aides et de soins  
 OPV's macroeconómicas  
 A fresh look at business cycle synchronisation in the euro area  
 European economy  
 Health care regulation across Europe  
 Economic assessment of the euro area  
 La stratégie de Lisbonne  
 Global financial stability report  
 Doing business 2008  
 Inglaterra, índice de preços de imobiliário  
 Étude économique de l'union européenne, 2007  
 2007 survey of energy resources  
 Reformar o orçamento, mudar a Europa  
 Fiscal policy and economic growth  
 Employment contracts and effort  
 OECD reviews of innovation policy  
 Panorama 2006-08 des pays émergents  
 The brave new world of M&A  
 Firms and early retirement  
 Gestion prévisionnelle de l'emploi et des compétences  
 Relatório de 2007 sobre a luta contra a lavagem de dinheiro  
 A Ásia central no fluído horizonte geo-estratégico da EU  
 Estratégias chave para a oferta do amanhã  
 Ensaio sobre princípios comuns sobre flexisegurança  
 Regime jurídico das instituições de ensino superior  
 La estrategia de Seguridad y salud en el trabajo  
 Patamares da flexisegurança  
 Do vermelho ao cinzento  
 Tendências e desenvolvimentos recentes do investimento directo estrangeiro  
 Análise estatística da energia no mundo  
 Striving for growth  
 Portugal, reformas  
 Panorama das reformas, OCDE 2007  
 Relações entre bancos  
 Déficit externo espanhol: como é financiado?  
 Aprender investindo: lições do capital de risco  
 Da política industrial à política da inovação  
 África, previsões económicas para 2007  
 Globalização e desequilíbrios financeiros  
 Paz e desenvolvimento sustentado  
 Rússia, diálogo sobre energia  
 Outros genéricos  
 Finanças e economia  
 Relatório sobre a evolução da família na Europa, em 2007  
 Ethical implications of emerging technologies  
 A reforma das universidades no Japão  
 Direito individual à formação  
 Dificuldades na obtenção de pessoal – Ano 2007  
 O dinheiro não faz sempre a felicidade!  
 Autenticação digital no e-commerce  
 A indústria indiana globaliza-se  
 Opinião pública mundial  
 Declaração anual de 2007 sobre a zona Euro  
 European union – Rússia energy dialogue  
 Flexisegurança

Relatório sobre o mercado do petróleo  
 Apresentação por Jean-Philippe Cotis  
 Perspectivas para as fusões e aquisições no sector dos serviços financeiros, na Ásia  
 Quadro de mando da atractividade da Europa  
 Princípios da OCDE para a participação do sector privado em infra-estruturas

### Quadro D

<b>Portugal</b>	<b>Espanha</b>	<b>Zona Euro</b>
Índice Preços Consumidor	Índice Preços Consumidor	Key euro area indicators
Taxa Desemprego	Índice Preços Harmonizado (Esp)	
População Residente	Índice Preços Harmonizado (UE)	
Índice Produção Industrial	Produção Industrial	
	Preços Industriais	
	Custos de Trabalho	